

Fernando Molica

Flávio, em nome da própria família

Para quem ainda tinha alguma dúvida, Jair Bolsonaro reiterou, ao indicar o filho Flávio para candidato à Presidência, que defende muito a família — a dele. Ao longo de sua trajetória política, o ex-presidente só foi fiel aos próprios princípios e interesses.

Mesmo sua tardia conversão ao liberalismo pauloquediano não passou de um biombo utilizado para vencer resistências do empresariado e tentar disfarçar sua ignorância de temas ligados à economia. Ao passar a chamar o economista de seu Posto Ipiranga, Bolsonaro se livrou de ser obrigado a discorrer sobre temas áridos, que exigem um mínimo de conhecimento básico.

Abro aqui parênteses para uma história pessoal e profissional. Há uns 15 anos, quando era colunista de outro jornal carioca, achei que o ruidoso deputado Bolsonaro poderia fazer uma ponte com o capitão — promovido a coronel, aposentado como general — Wilson Machado, aquele que tentou explodir o Riocentro.

Pedi ajuda ao Waldyr Ferraz, o Jacaré, então assessor de Bolsonaro. Para minha surpresa, ele levou o deputado à redação. Bolsonaro disse que não teria como me ajudar, mas aproveitou o encontro para falar, e manifestou sua irritação com a proibição, então recente, de parlamentares contratarem parentes para cargos de confiança.

Ele me disse qual a solução adotada: fazer com que todos os filhos virassem candidatos a cargos públicos. Foi assim que o hoje senador Flávio, deixou de ser assessor parlamentar do pai, cargo que ocupou em Brasília entre 2000 e 2002, quando fazia faculdade no Rio. Neste ano, foi eleito deputado estadual (em 2000, Carlos, o 02, conquistara sua cadeira de vereador).

Um quarto de século depois, o peso político da família é outro. O patriarca e fundador do que pretende transformar em dinastia foi presidente da República, seus quatro filhos adultos ocupam cargos eletivos. Mas a lógica permanece a mesma; independentemente de fartura ou escassez de farinha, os primeiros pirões serão para a família.

Em seu livro “O negócio do Jair”, a jornalista Juliana Dal Piva mostrou que cargos legislativos foram, durante anos, utilizados como fontes de emprego, não necessariamente de trabalho, para parentes e contraparentes dos Bolsonaro.

Mesmo preso e inegável, o ex-presidente teria peso para liderar uma articulação em torno de princípios políticos, sintonizados com um projeto da direita para o país. Faria isso se tivesse esse tipo de preocupação. Trata-se de um caso raro, de político que estreitou seus interesses: eleito, nos primeiros tempos, com uma plataforma corporativa, de defesa de interesses de militares, Bolsonaro migrou para algo ainda menor, advoga apenas por si e pela própria família. Seu medo de traições reforça a ideia de que apenas parentes são confiáveis.

Sua própria insistência numa improvável anistia também demonstra seu descaso com o destino dos que, em 8 de Janeiro, invadiram e quebraram palácios: a aprovação de projeto de redução de penas colocaria praticamente todos na rua; mas como ele continuaria em cana, nem quer saber da proposta.

Pouco importa a Bolsonaro que o lançamento de Flávio divida ainda mais a direita, imploda a construção de um projeto alternativo ao que vem sendo construído pelo PT há mais de 40 anos. Seu projeto começa e termina em casa.

Tales Faria

Faria Lima é disputada por Tarcísio e Ratinho Junior

“O Flávio vai contar com a gente. O Flávio tem uma grande responsabilidade: a partir de agora, ele se junta a grandes outros nomes da oposição que já colocaram seus nomes a disposição. A gente tem o Romeu Zema (Novo), a gente tem o Ronaldo Caiado (União Brasil)”, declarou nesta segunda-feira, 8, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Progressistas).

Foi sua primeira fala depois que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) lançou-se como pré-candidato a presidente da República e, depois, voltou atrás, dizendo que podia não concorrer, se o centrão entregasse à família a liberdade (ou anistia) do seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Não passou despercebido no meio político o fato de que Tarcísio deixou de citar, entre os possíveis candidatos, o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD). Ratinho é apontado na Faria Lima como o nome da preferência do empresariado e do setor financeiro para candidato a presidente, caso Tarcísio não dispute o Palácio do Planalto.

Cresceu nas bolsas de apostas, depois que Flávio se colocou como o nome da preferência do pai para o Palácio do Planalto, a possibilidade de que Tarcísio não concorra à Presidência da República e dispute apenas a reeleição como governador.

A chamada Faria Lima — ou seja, a nata do empresariado e do setor financeiro em São Paulo — não concordou com a decisão do ex-presidente, que está preso na Polícia Federal em Brasília, desde que foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a

27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado.

Para a Faria Lima, Jair Bolsonaro tornou-se uma companhia tóxica, embora ainda tenha força eleitoral, pessoalmente. Seus filhos, no entanto, carregam apenas a toxidade no sobrenome, sem trazer os votos que o clã imagina terem.

Já Tarcísio de Freitas tem dado mostras de que manterá sua fidelidade a Bolsonaro, deixando o caminho livre para que o filho Zero-Um mantenha-se como o candidato do bolsonarismo.

Tarcísio, assim como a maioria dos políticos do centrão, não acredita que Flávio Bolsonaro se sairá bem nas urnas. Com o filho do ex-presidente fracassando, sobrar ele, Tarcísio, como o verdadeiro herdeiro político de Jair Bolsonaro.

Esse patrimônio o governador pode usar nas eleições de 2030, quando o ex-presidente ainda estará inegável. Então, se reeleger em São Paulo e aproveitar para se fortalecer eleitoralmente no período, não seria uma má opção.

Mas, para que esse plano dê certo, não pode aparecer na direita nenhum outro nome da geração de Tarcísio com potencial para crescer neste período. E é justamente nesse vácuo que o governador do Paraná tenta se colocar.

Já que tem a simpatia da Faria Lima, Ratinho Júnior hoje é uma espécie de clone de Tarcísio, sem as amarras do clã Bolsonaro. É portanto, a maior ameaça aos planos do governador de São Paulo, e não Flávio Bolsonaro, ou qualquer outro.

Márcio Coimbra*

Cartel de Caracas

Sob a perspectiva técnica da inteligência corporativa e da análise de riscos geopolíticos, classificar a Venezuela de Maduro apenas como uma ditadura é um erro de categoria. O que observamos hoje não é uma crise política convencional, mas a consolidação de um “narco-estado de exceção”. A Venezuela deixou de operar sob a lógica de um Estado-nação para funcionar como uma organização criminosa transnacional que representa uma ameaça existencial à segurança hemisférica.

Os indicadores macroeconômicos e sociais descrevem um país em processo de extermínio deliberado. Com uma retração do PIB superior a 80% na última década e a destruição completa do poder de compra pela hiperinflação, o regime instrumentalizou a miséria. A fome não é um acidente de gestão, é uma política de Estado para o controle social. Contudo, o que mantém Maduro no Palácio de Miraflores não é a ideologia, é o terror. Relatórios da Missão Internacional da ONU documentam, com precisão forense, a arquitetura da repressão: o uso sistemático de tortura, violência e desaparecimentos forçados executados pelo SEBIN e pela DGCIM. O Helicoide, em Caracas, tornou-se o monumento de um sistema onde a dissidência é tratada com choques elétricos e asfixia.

Caracas representa a fusão entre Estado e crime organizado. A Venezuela tornou-se o principal hub logístico para o escoamento de drogas nas Américas. O denominado Cartel de los Soles não é uma máfia que corrompeu o governo, ele é o governo. Altas patentes militares utilizam a infraestrutura estatal — portos, aeroportos e radares — para exportar drogas para os EUA e Europa. Ainda mais alarmante é a cessão de soberania territorial a grupos terroristas. A presença ativa do ELN, de dissidentes das FARC e de células operacionais ligadas ao Hezbollah e ao Irã transforma a Venezuela em um

porto seguro para o terrorismo global e inteligência hostil no continente.

Diante desse cenário, a tese da “solução interna” tornou-se uma ilusão. A sociedade civil está desarmada e desnutrida, a oposição política, encarcerada ou exilada. Uma intervenção externa coordenada deixa de ser uma opção radical e passa a ser a única via pragmática para estancar a sangria. Tratar Maduro não como um chefe de Estado, mas como o líder de uma organização criminosa, é vital. O relaxamento dessa pressão seria um erro de cálculo catastrófico, validando a impunidade de um regime que zomba da diplomacia. Para além disso, é preciso lembrar que a mera troca de comando, preservando a estrutura militar corrompida, perpetuaria um narco-estado sob fachada democrática. A mudança exige o desmantelamento total do aparelhamento chavista, sob pena de criar uma soberania tutelada pelo crime.

Para o Brasil, a neutralidade diplomática é negligência estratégica. O risco de contágio é iminente. A organização criminosa venezuelana Tren de Aragua já infiltrou suas operações em Roraima e outros estados, estabelecendo alianças táticas com facções locais como o PCC e o CV. Nossas fronteiras são permeáveis ao fluxo de fuzis e drogas que o regime vizinho fomenta. Apoiar uma intervenção internacional robusta e a re-fundação institucional em Caracas não é ingerência, é uma medida urgente de legítima defesa da soberania e da segurança pública brasileira.

***Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**